



ATA Nº. 2/2025

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 2/07/2025

---Aos dois dias do mês de julho do ano dois mil e vinte cinco, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu no auditório da Comissão de Coordenação da Região do Algarve, em Faro, a sessão extraordinária da Assembleia Intermunicipal do Algarve, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Período da Ordem do dia:-----

1. - Aprovação da ata da sessão anterior;-----
 2. - Apreciação, discussão e deliberação das moções e recomendações apresentadas e não discutidas na sessão ordinária de 28 de abril bem como apreciação e discussão de assuntos de interesse para a Comunidade Intermunicipal, no âmbito local e regional;-----
 - 3.- Apresentação e discussão do tema **“Desafios da habitação no Algarve”**-----
- ◆ Apresentação do tema pelos oradores convidados: Arq.^a Helena Roseta e Nelson Dias;-----
 - ◆ Intervenções dos Deputados Intermunicipais:-----
 - ◆ Intervenção dos oradores convidados, para esclarecimentos;-----
 - ◆ Intervenções do público e dos convidados;-----
 - ◆ Esclarecimentos e intervenções finais dos oradores convidados;-----
 - ◆ Encerramento da sessão pelo Presidente da Mesa da AIA.-----

---A mesa estava constituída pelo Presidente, José Manuel Correia Águas da Cruz, a convite deste ao grupo do PSD, Cláudia Suzana Silva da Luz (PSD) em substituição do Vice-Presidente, Tiago Botelho Martins da Silva e a Secretária, Célia Maria Marques da Rosa Paz.-----

---Após a apresentação de cumprimentos a todos, o Presidente da Assembleia informou que esta sessão está a ser transmitida on-line nas redes sociais da AMAL, ficando ainda disponível na plataforma YouTube. Disse que a sessão está a ser realizada no concelho de Faro, no âmbito do roteiro da Assembleia Intermunicipal em Movimento, que já percorreu vários municípios do Algarve e que tem como objetivo desenvolver uma política de proximidade, levando a Assembleia Intermunicipal do Algarve ao encontro dos cidadãos algarvios, estimulando a sua participação na discussão dos assuntos de relevância regional. Agradeceu ao Presidente da CCDDR Algarve, José Apolinário pela forma calorosa como acolheu a realização desta sessão, assim como a todos os trabalhadores envolvidos na

organização. Recomendou que desligassem os telemóveis ou colocassem em modo de silêncio, por forma a não prejudicar o funcionamento desta sessão e informou não ser permitido o registo de som ou imagem, sem autorização prévia da Mesa, exceto aos órgãos de comunicação social. Informou ainda que trata-se de uma sessão extraordinária, dividida em duas partes distintas existindo entre elas um pequeno intervalo. Esclareceu que numa primeira parte será para tratar da discussão dos assuntos pendentes da sessão de abril que, devido ao apagão que assolou a Península Ibérica, nesse dia não foram discutidas e a segunda parte destina-se ao debate público do tema «Os Desafios da Habitação no Algarve», que contará com as participações da arquiteta Helena Roseta e de Nelson Dias, membro fundador da Associação Oficina (*entidade especializada em democracia participativa e políticas públicas*), e com a presença de vários convidados, entre os quais Presidentes de Câmaras Municipais, entidades particulares e oficiais regionais ligadas aos vários sectores, nomeadamente o da habitação.

---Dando início à primeira parte da sessão, o Presidente da Assembleia informou que se iria proceder à tomada de posse de dois membros eleitos pela Assembleia Municipal de Silves, conforme informação daquela Assembleia, senhores Pedro Alves Andrade (CDU) e Luís Manuel Agostinho Reis (PSD), que por terem faltado na sessão anterior, não tomaram posse, e ainda do membro António José da Cruz Andrade (PSD) da Assembleia Municipal de Olhão que substituirá o membro Francisco José Moleiro (PSD), por ter solicitado pedido de renúncia de mandato. -----

---Seguidamente a Secretária da Mesa procedeu à chamada dos membros que compõem esta Assembleia, tendo-se verificado as seguintes presenças:-----

---Francisco José Pereira Oliveira (PS), Carlos Mendes (MIPA), Leonardo Manuel Teixeira do Paço (Independente), António Marques Romeira Matias (PS), Ivo Rafael Maltez Amendoeira (PS), Maria Margarida do Livramento Claudino (PSD) em substituição de João Alfredo Fernandes Teixeira (PSD), Ernestina Maria Valongo Martins de Castro (PSD), Paulo Sérgio de Jesus Baptista (Independente) em substituição de Luís Manuel Fernandes Coelho (PS), Cláudia Suzana Silva da Luz (PSD), José Manuel Correia Águas da Cruz (PS), Luís Pedro Vieira Ribeiro (PS), Vítor Manuel Grade Martins Sobral (PS), Márcio Filipe Santos Viegas (PS) em substituição de Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos (PS), Fernando Jesus Ildefonso (LCF) em substituição de Mílvia Filipa Pires Campos Gonçalves (PSD), Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato (PS), José Manuel da Glória de Oliveira (CDU), Fernando Marques (PS) em substituição de Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (PS), Maria Esteves Ferreira Lourenço (PS), Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues (PSD) em substituição de Cláudia Isabel Martins Mendes (PSD), Abel Filipe dos Matinhos (PS), Carlos Manuel Pontes Costa (PS) em substituição de Elisabeta Ecaterina Necker (PS), Vítor Santos (PS) em substituição de Carlos Bruno Correia de Almeida (PS), Énio Cristiano Águas

Moreira (PSD) em substituição de Paulo Alexandre Duarte Rosa (PSD), João Gabriel Calabreta Martins (PS), António José da Cruz Andrade (PSD), Pedro Miguel Sousa da Mota (BE), Carlos Gouveia Martins (PSD), Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano (CPMF), João Manuel Rodrigues Grenhas (PS), João Varela dos Santos (CDU), Pedro Alves Andrade (CDU), Luís Manuel Agostinho Reis (PSD) Muriel Cristina Dias Neto (PSD), José Epifânio Martins Graça (PS), Jorge Humberto Martins Corvo (PSD), Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves (PS), Gilberto Repolho dos Reis Viegas (PSD), Célia Maria Marques da Rosa Paz (PS), Manuel Filipe Pôla Alturas (PS), Anabela da Conceição Lança Marques (PSD) e David Miguel Vasques Silva (PSD).-----

---Faltaram os seguintes membros: Carlos Sérgio Freire Quintino (PSD), Ana Catarina Pina Águas (PSD), membro suplente que substituiria, o membro Tiago Botelho (PSD), conforme decisão do Presidente da Assembleia, João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD), António Manuel Dias Mendonça (CDU), Tatiana Henriques Homem de Gouveia (PS), Hélder Nuno Silda do Carmo (PS) e Fabiano Viegas Rodrigues (PSD).-----

---Faltaram os seguintes membros mas apresentaram justificação: Graça Maria da Palma Pereira (PSD), Zita Maria Duarte Glória (Renascer), João Carlos Dias Santos (PSD), Maria Licínia Mendes Lourenço (PS), Tatiana Lourenço Queirós (PS), Isabel Andrez Guerreiro (PS), José Figueiredo Santos (PS), Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves (PS), Ana Sofia Belchior da Silva Ferreira (PS) e Armindo Paulo Leal Vicente (PS),-----

---Estiveram também presentes: António Miguel Ventura Pina, Presidente do Conselho Intermunicipal (na segunda parte) e Joaquim José Brandão Pires, Primeiro Secretário, da Comunidade Intermunicipal do Algarve.-----

Período da Ordem do dia:-----

1. - Aprovação da ata da sessão anterior; Colocada à votação, a ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade dos membros presentes naquela sessão.-----

2. - Apreciação, discussão e deliberação das moções e recomendações apresentadas e não discutidas na sessão ordinária de 28 de abril bem como apreciação e discussão de assuntos de interesse para a Comunidade Intermunicipal, no âmbito local e regional: - Pelo Presidente da Mesa foi informado que as quatro moções e um voto de congratulação, que estão em discussão, são apenas os documentos que foram enviados para a sessão de 28 de abril, ultimo passado, que por motivo do apagão não foram analisadas. Apelou ao espírito de síntese, por parte dos membros intervenientes na sua apresentação e discussão.-----

---O membro Pedro Miguel Sousa da Mota apresentou a primeira moção, titulada "O Algarve exige a requalificação urgente da EN 125 entre Olhão e Vila Real de Santo António", apresentada pela bancada do BE, documento número um, apenso a esta ata. Colocada à

discussão e não tendo havido qualquer intervenção a registar, a Assembleia passou de imediato à sua votação. Feita a votação a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

---O membro João Varela, da bancada da CDU apresentou o voto de saudação intitulado "A Assembleia Intermunicipal do Algarve congratula-se com o fim das portagens na via do Infante", documento número dois, apenso a esta ata. Colocado à discussão e não havendo qualquer intervenção a registar, foi de imediato colocado à votação. Apurado o resultado o mesmo foi aprovado por maioria com 27 votos a favor e 13 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 19 votos a favor; PSD – 12 abstenções; CDU – 3 votos a favor; BE – 1 voto a favor; CPMF – 1 voto a favor; MIPA: 1 voto a favor; LCF – 1 voto a favor; INDEPENDENTES: – 1 voto a favor e 1 abstenção.-----

---Pelo membro da bancada da CDU, João Varela foi apresentada a moção, intitulada "Moção 1º de Maio", documento número três, apenso a esta ata. Não havendo qualquer intervenção foi colocada de imediato à votação, tendo sido aprovada por maioria com 27 votos a favor e 13 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 19 votos a favor; PSD – 12 abstenções; CDU – 3 votos a favor; BE – 1 voto a favor; CPMF – 1 voto a favor; MIPA: 1 voto a favor; LCF – 1 voto a favor; INDEPENDENTES: – 1 voto a favor e 1 abstenção.-----

---Igualmente pelo membro da bancada da CDU, João Varela foi apresentada a moção, titulada "Pela dignificação e valorização do SNS e dos seus profissionais ao serviço das populações", documento número quatro, apenso a esta ata. -----

---Colocada à discussão, o membro Fernando Ildefonso disse que irá votar a favor desta moção, contudo considera um pouco radical, a forma como está escrita e se dirige à gestão do modelo das PPP, opinando que elas poderão, se tiverem uma gestão honesta complementar o SNS.-----

---Intervindo o membro Pedro Andrade da bancada da CDU, reforçou a ideia de existir algum radicalismo propositado na moção, porque entende que o Estado deveria investir na área da saúde apenas de uma forma direta e não subsidiarem as PPP, para o substituir. ----

---O membro Jorge Corvo informou que o PSD irá votar contra esta moção, por entenderem que o modelo da gestão das PPP como está definido, ajuda em muito o SNS e deveria continuar dando como exemplo, o caso do Centro de Reabilitação do Sul que funcionava em Brás de Alportel e que foi um sucesso, mas por ideologia política foi retirada, prejudicando quem dele necessitam.-----

---O membro Luís Ribeiro comentou que a prestação de todos os cuidados de saúde, prestados às populações, deveriam ser através do SNS, justificando que não deverá haver a entrega dos cuidados de saúde que dão lucro às PPP em "outsourcing" e o que não dá lucro ficar para o Estado, SNS.-----

---Debatido o assunto, a moção foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com 25 votos a favor e 16 votos contra, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 19 votos a favor; PSD – 13 votos contra; CDU – 3 votos a favor; BE – 1 voto a favor; CPMF – 1 voto contra; MIPA: 1 voto contra; LCF – 1 voto a favor; INDEPENDENTES: – 1 voto a favor e 1 voto contra.-----

---O membro Gilberto Repolho dos Reis Viegas, informou que o PSD, embora continuasse a defender a necessidade da construção de um Centro Oncológico no Algarve, decidiu retirar para discussão a moção, intitulada “Centro Oncológico do Algarve”, documento número cinco, apenso a esta ata, por ter havido algumas decisões sobre o assunto, por parte do Governo, desde abril até à presente data e o seu conteúdo estar um pouco desatualizado.--

---Terminada a discussão dos documentos que estavam pendentes da última sessão, o Presidente da mesa conceder alguns minutos para debater outros assuntos de âmbito geral.

---Aproveitando a oportunidade registaram-se as intervenções dos seguintes membros: O membro Vítor Sobral teceu alguns considerandos sobre a construção de um Centro Oncológico na região do Algarve manifestou-se preocupado com as alterações na sua construção e gestão, vindas a público recentemente.-----

---O membro Manuel Alturas congratulou-se com...” a chegada do comboio eléctrico a Vila Real de Santo António.-----

---Ainda sobre o Centro Oncológico do Algarve, o membro Gilberto Viegas esclareceu que, ele não irá ser construído em Loulé porque de acordo com a posição já assumida pelo Município, o terreno cedido a final está tecnicamente inviabilizado por estar classificado de “espaço verde”. O que levou o Governo a decidir a sua construção junto ao novo hospital Central.-----

---O membro José Manuel da Glória de Oliveira chamou a atenção para o estado degradado em que se encontra o património histórico de Lagos, nomeadamente Igreja de S. Sebastião, Muralhas e Forte da Meia Praia. Referiu ainda a necessidade urgente da drenagem da barra de Lagos e da construção do Hospital do Algarve.-----

---O membro Carlos Costa levantou algumas questões que merecem uma resolução urgente por parte das respectivas entidades, nomeadamente a necessidade de se resolver a questão da rede de iluminação pública no Algarve, a rede viária de transportes com a afinação de rotas e horários e sobre o centro Oncológico informou que o Município de Loulé continuará a lutar pela sua construção, o mais breve possível.-----

---Por último, o membro Fernando Ildefonso levantou a questão da falta de segurança no Algarve e o membro Luís Ribeiro teceu breves comentários sobre a falta de apoio ao doente oncológico no Algarve e a necessidade urgente da construção do Centro Oncológico, na região. O membro Maria Clara Rato referiu que a recuperação da igreja de S. Sebastião em Lagos, sendo um monumento Património Nacional, envolve várias instituições, o que torna o

processo da sua reconstrução muito moroso, sobre o SNS de saúde comentou que com a criação da ULS, Lagos e o Algarve em geral já melhorou significativamente.-----

Após um período de quinze minutos de intervalo, a Assembleia prosseguiu com a discussão do seu terceiro ponto da ordem de trabalhos. -----

3.- Apresentação e discussão do tema **“Desafios da habitação no Algarve”**-----

- ◆ Apresentação do tema pelos oradores convidados: Arq.^a Helena Roseta e Nelson Dias;-----
- ◆ Intervenções dos Deputados Intermunicipais:-----
- ◆ Intervenção dos oradores convidados, para esclarecimentos;-----
- ◆ Intervenções do público e dos convidados;-----
- ◆ Esclarecimentos e intervenções finais dos oradores convidados;-----
- ◆ Encerramento da sessão pelo Presidente da Mesa da AIA.-----

---A iniciar a discussão deste ponto, o presidente da Assembleia Intermunicipal agradeceu a presença de todos os convidados para participar nesta parte da sessão, cujo tema é de maior pertinência e relevância, sendo um fator crítico para o desenvolvimento económico e social da região.-----

---Seguidamente, o presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, José Apolinário fez um enquadramento constitucional e legislativo sobre o tema da habitação e sobre os fundos europeus da Política de Coesão e a crise da Habitação. Enalteceu o fato de os 16 municípios do Algarve terem já as suas estratégias locais de habitação aprovadas pelas assembleias municipais, trabalho este feito em conjunto com a AMAL e com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e lembrou que está assumido que a União Europeia vai reforçar as verbas para esta área. Debruçando-se sobre o relatório do Gabinete de Estudos do Parlamento Europeu sobre os dados das verbas disponibilizadas para a habitação, e segundo o Tribunal de Contas, disse que o PRR está centrado nas áreas metropolitanas, e que na sua opinião, não respeita o princípio de não prejudicar a coesão”, uma situação que, defende, tem de ser alterada, tendo em conta aos valores definidos para os vários distritos, e que uma vez mais não beneficia a região do Algarve. O responsável da CCDR Algarve referiu ainda que, “independentemente dos contextos políticos e ciclos eleitorais é fundamental salvaguardar algumas situações, nomeadamente, e entre outras, reforçar o papel das regiões na construção do futuro da Europa; aumentar a eficácia das políticas de base municipal e local e aplicar o princípio de não prejudicar a coesão, defendendo sempre o interesse público regional. Reforçando a necessidade de capacitar todos os municípios, para trabalhar em rede, terminou dizendo que dos juntos, e só juntos, é que o Algarve poderá avançar.-----

---Nelson Dias, membro fundador da Associação Oficina fez depois a apresentação "Desafios de Habitação no Algarve" focada, maioritariamente, em dados disponíveis até maio deste ano, concluindo que os grandes desafios da habitação no Algarve passam por: *"mais planeamento; mais regulação; aumento da oferta; concertação e capacitação"*, referindo que, principalmente nestes dois últimos pontos, *"o papel da AMAL é, e continuará a ser, fundamental"*. Passamos a transcrever os dados fornecidos por este orador:-----

- Nº total de fogos de habitação disponíveis no Algarve: 393.397-----
- Nº total de fogos de habitação pública municipal: 4354 (representando 1,1% de todo o Parque habitacional)-----
- Nº total de alojamentos locais licenciados: 44.439 (representando cerca de 11% de todo o parque habitacional)-----
- Nº total de residências vagas no Algarve: 46.792 (31.304 para venda e 15.448 por outros motivos).-----
- Procura e oferta da habitação pública municipal no Algarve:-----
Oferta atual: 4354-----
- Previsão de novos fogos até 2030 (segundo dados dos municípios): 5399-----
- Procura habitacional atual: 7821.-----

---Seguiu-se de imediato à apresentação da convidada Helena Roseta intitulada "A crise da habitação e o papel do poder local", que começou por afirmar que a crise da habitação está a agravar-se e a desesperança aumenta, abalando a confiança na democracia. Para a arquiteta, *"estes são sinais de alarme sintomáticos de duas questões de fundo: insuficiência e ineficácia das políticas públicas de habitação e profundo disfuncionamento do mercado habitacional"*. É preciso perceber que *"o mercado de habitação mudou muito e que o forte e rápido aumento da escala da procura fez disparar os preços"*. Comentou ainda que, existem estudos que indicam que Portugal é o país europeu com menos acessibilidade à habitação, sendo que *"continuamos a ter famílias sem casas e casas sem famílias"*, lembrando depois que, no Algarve, havia 46.752 casas vazias registadas pelo INE, em 2021 (no país eram 723.000). A arquiteta defendeu que os municípios, de todo o país, deviam tentar perceber porque é que estas casas estão vazias e que medidas podiam ser tomadas para mudar essa realidade (quer incentivos, quer penalizações) e acrescentou que não é possível equilibrar a oferta com a procura sem regulação pública: *"Existindo uma oferta que é local e territorialmente limitada vs uma procura que é global e virtualmente ilimitada, é impossível equilibrar os pratos da balança sem regulação pública democrática"*. Nesse sentido, diz que é primordial que seja, efetivamente, tida em conta aquilo que designou por *"mala de ferramentas da habitação"* que incluía a Promoção Pública de habitação; Medidas fiscais; Subsidição e Regulação legal. -----

4.
E

---Helena Roseta aproveitou para deixar, também, algumas ideias relacionadas com o envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões, referindo que no âmbito do novo Programa Regional para a Promoção da Participação Cívica, previsto no Plano de Desenvolvimento Social do Algarve (e sobre o qual felicitou o Algarve), seria importante *"criar instrumentos que alarguem as formas de participação cidadã no desenvolvimento da região, nomeadamente: Estimular a criação de conselhos municipais de habitação e incentivar a participação dos moradores dos bairros sociais na gestão dos seus bairros, através de associações ou comissões de moradores"*. -----

---O **presidente da AMAL**, outro dos participantes do debate, interveio referindo que passados 50 anos continuamos a falar das mesmas coisas: habitação, salários, saúde, descentralização, mesmo considerando que muito já foi feito nestas áreas. Opinou que o ideal seria reabilitar; promover nos Planos Diretores Municipais, *"e isso já vai acontecendo"*, uma percentagem da área consolidada urbana para os municípios avançarem com construção a preços controlados, para venda e arrendamento, ou ter regras para o alojamento local. Mas a verdade, lembrou, é que tudo isto leva muito tempo e não conseguimos aferir se o resultado é direto. Da experiência enquanto autarca, entende que *"devemos mesmo construir seja para arrendar (preferencialmente), seja para vender, mas não me parece que o país tenha essa capacidade de endividamento"*. Comentou ainda que o regime de endividamento das autarquias que está em vigor também não permite avançar com a construção de habitação. Só o podendo fazer se for através de empresas municipais. O caminho que defende é o da construção de habitação pública, por parte dos municípios, mas para isso é necessária a revisão da Lei dos Solos e da Lei das Finanças Locais. A terminar salientou que também a Europa precisa de se organizar para poder facilitar o endividamento junto das famílias e se conciliarmos estas 3 vertentes: terrenos, o público a fazer a sua própria construção e financiamento europeu para a habitação, conseguimos ter uma taxa de esforço mensal na ordem dos 500,00€ (que representaria uma taxa de esforço de 25% se pensarmos que o salário mínimo está a chegar aos 1000,00€). -----

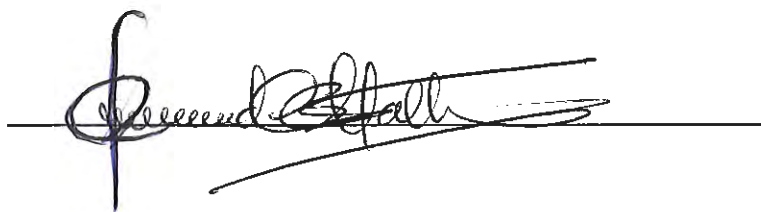
---Intervindo, o vereador da Câmara Municipal de Faro, Carlos Baía, expôs a situação do mercado habitacional e as necessidades com que se debatem as famílias, os estudantes e emigrantes do concelho de Faro. Deu ainda conhecimento da estratégia desenvolvida pelo Município para colmatar essas necessidades, nos últimos anos. -----

--- Por último, passou-se a um pequeno debate, tendo intervindo os seguintes participantes: Maria Margarida Flores, Porfírio Maia, Paulo Charneca, Paulo Batista, Pedro Mota e Abel Matinhos. -----

--- Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, foi colocada à votação a proposta de minuta das deliberações tomadas, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade-----

---Antes de encerrar a sessão, o Presidente da Assembleia Intermunicipal informou que esta era a última sessão do seu mandato e, por isso, aproveitava para agradecer a disponibilidade e franca colaboração do Vice-Presidente e da Secretária da Mesa, de todos os membros da Assembleia Intermunicipal, do Presidente e Vice-Presidentes do Conselho Intermunicipal, do 1º Secretário da AMAL, dos Presidentes e Vereadores das Câmaras Municipais, dos Presidentes e Secretários das Mesas das Assembleias Municipais, do Presidente e Vice-Presidentes da CCDR e demais entidades que com ele trabalharam ao longo deste mandato, que tornaram possível a concretização dos objetivos a que se propôs no início do mandato, nomeadamente o da transparência, da visibilidade e da proximidade da Assembleia Intermunicipal dos cidadãos algarvios, através da transmissão "online" das sessões, das Notas de Imprensa e da Assembleia Intermunicipais em Movimento, com sessões descentralizadas nos concelhos do Algarve. Por fim, apresentou um agradecimento muito especial ao Núcleo de apoio da AMAL, que com ele tem trabalhado ao longo dos últimos 6 anos, dando um louvor público à trabalhadora Almerinda Maltinha, pela sua lealdade, disponibilidade, eficiência e dedicação com que tem desempenhado as suas funções.-----

---Não havendo mais assuntos a tratar, declarou-se encerrada a sessão, quando eram dezasseis horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Almerinda Maltinha designada para o efeito a redigi. ---

A handwritten signature in dark ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be "José António".A handwritten signature in dark ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be "Almerinda Maltinha".



Doc. nº 1

[Handwritten signature]

Assembleia Intermunicipal do Algarve

Moção

O Algarve exige a requalificação urgente da EN125 entre Olhão e Vila Real de Santo António

A requalificação da EN125, prevista desde 2008, está longe de ser uma realidade em toda a extensão da via desde Vila do Bispo a Vila Real de Santo António. No ano de 2012 foi feita uma primeira renegociação do contrato entre a então Estradas de Portugal e a concessionária Rotas do Algarve Litoral, permitindo a execução da obra entre Vila do Bispo e Faro. No entanto, as obras estiveram paradas e só ficaram concluídas ao fim de vários anos.

A renegociação contratual, que se arrastou durante mais alguns anos, que supostamente seria para reduzir os encargos do Estado com as parcerias público-privadas do setor rodoviário, revelou-se um enorme imbróglio com prejuízos para o Algarve, considerando que muitas das obras previstas no contrato inicial caíram, mantendo-se os custos elevados.

A concessionária deixou de ter a responsabilidade da requalificação da via entre Olhão e Vila Real de Santo António, que passou para a Infraestruturas de Portugal, assim como de muitas outras obras, com destaque para as variantes de Odiáxere, Olhão, Luz de Tavira e a variante à EN2, entre Faro e S. Brás de Alportel que não foram construídas. Fruto de toda esta renegociação calamitosa o Estado português acabou por pagar, até aos dias de hoje, muitas dezenas de milhões de euros à concessionária.

Como se sabe, a EN125 é considerada uma verdadeira “rua urbana” mesmo depois de requalificada numa parte, entre Vila do Bispo e Olhão. Pior ainda é o facto de ainda hoje não se saber quando avançarão as obras entre Olhão e Vila Real de Santo António. Toda esta situação foi agravada com as erradas portagens na Via do Infante que, felizmente, já foram abolidas e que faziam confluir grande parte do trânsito para uma EN125 que ficava deveras congestionada, o que provocava elevados prejuízos e muito sofrimento para utentes, empresas e populações.

Além dos grandes prejuízos sociais e económicos, a sinistralidade rodoviária na EN125 tem sido potenciada no Sotavento/Algarve, precisamente pela falta de requalificação entre Olhão Nascente e Vila Real de Santo António. Esta parte da via apenas mereceu uma mera requalificação de emergência, a título provisório, antes do verão de 2018 onde foram tapados os buracos mais visíveis, após os protestos de utentes e populações. Passados sete anos, voltaram a ser bem visíveis troços completamente esburacados, bermas numa situação muito lastimável, o que, além de tornar a circulação automóvel muito perigosa em áreas altamente urbanizadas, implica um desgaste físico e psicológico acrescido, assim como riscos de avarias para os veículos.

Os sucessivos governos têm justificado o atraso das obras com a falta de visto do Tribunal de Contas. O atraso das obras deve-se à renegociação, muito complexa, da subconcessão Rotas do Algarve Litoral que retirou os troços entre Olhão e Vila Real de Santo António da subconcessionária, gerando uma alteração do contrato em 2015 e a consequente recusa de visto do Tribunal de Contas.

Perante o presente impasse a Infraestruturas de Portugal não avançou com a requalificação da via no Sotavento algarvio, mesmo depois da Rotas do Algarve Litoral ter anunciado em julho de 2018 que suspendia todas as atividades de operação e manutenção previstas no contrato de subconcessão para aqueles troços. Entretanto, em junho de 2019 o Tribunal de Contas chumbou definitivamente a renegociação do contrato entre o Estado e a concessionária. Esta exige à IP várias centenas de milhões de euros de indemnização. Este impasse já custou ao Estado mais de 85 milhões de euros de indemnização no âmbito do litígio que impede o avanço da obra.

Face a toda esta trapalhada, da responsabilidade dos vários governos que temos tido nos últimos anos, o que se impõe é o governo proceder, com urgência, à requalificação definitiva dos troços entre Olhão e Vila Real de Santo António, mesmo que para tal tenha de proceder ao resgate da concessão. Esta é a posição, também defendida, de forma consensual, por todas as Câmaras do Algarve, incluindo as Câmaras de Olhão, Tavira, Castro Marim e Vila Real de Santo António, (conforme veiculado pela Comunidade Intermunicipal do Algarve/AMAL), pelo Movimento de Cidadania dos Utentes da EN125 – Sotavento, pela Comissão de Utentes da Via do Infante e da EN125 e por outras entidades e cidadãos do Algarve.

Assim, a Assembleia Intermunicipal do Algarve, reunida em sessão ordinária em S. Brás de Alportel, no dia 28 de abril de 2025, solicita ao Governo que:

Implemente, com urgência, a requalificação dos troços da EN125 compreendidos entre Olhão e Vila Real de Santo António com o recurso, de for necessário, ao resgate da concessão, promovendo a coesão do Algarve.

O Representante do Bloco de Esquerda na Assembleia Intermunicipal

Pedro Mota

Assinado por: **Pedro Miguel Sousa da Mota**
Num. de Identificação: 09815695
Data: 2025.04.21 23:54:03+01'00'



Observação: esta Moção depois de aprovada deve ser enviada ao Primeiro-Ministro, ao Ministro das Infraestruturas e Habitação e divulgada pela comunicação social.

A Assembleia Intermunicipal do Algarve Congratula-se com o Fim das Portagens na Via do Infante

É uma evidência incontornável que a introdução de portagens na Via do Infante foi uma medida profundamente lesiva dos interesses do Algarve, com repercussões muito negativas na mobilidade dos cidadãos e na atividade económica da região, contribuindo para o aumento das dificuldades sentidas pelas empresas, para a destruição de emprego e para o agravamento da sinistralidade rodoviária.

A Via do Infante não tem alternativas válidas. A EN 125, que em partes significativas do seu traçado é uma autêntica artéria urbana, com inúmeras rotundas, cruzamentos, semáforos e passadeiras de peões, não tem características adequadas ao tráfego interurbano, nem as adquirirá após a conclusão das obras de requalificação.

Perante as consequências profundamente negativas da introdução de portagens na Via do Infante e a legítima contestação por parte das autarquias, das populações e dos agentes económicos, PS, PSD e CDS têm tentado apagar as suas responsabilidades neste processo.

Mas os factos são indesmentíveis.

Foi um Governo do PS que decidiu, em 2010, introduzir portagens em todas as concessões SCUT de Norte a Sul do País.

Foi o Governo do PSD e do CDS que, em dezembro de 2011, concretizou esta medida na Via do Infante.

Foram PS, PSD e CDS que rejeitaram, desde essa altura, todas as propostas apresentadas pelo PCP na Assembleia da República, contra a vontade expressa por inúmeras vezes pelos órgãos Autárquicos, em que se inclui esta Assembleia, Associações e Movimentos de Cidadãos, da Região, que por diversas vezes se manifestaram contra as referidas portagens.

A cobrança de portagens nas ex-SCUT's não era uma inevitabilidade. Foi uma opção política, visando reduzir as despesas do Estado com as concessões rodoviárias em regime de parceria público-privada sem, contudo, tocar nas fabulosas rendas auferidas pelos grupos económicos que as exploraram.

Sucessivos governos destes três partidos optaram por onerar os cidadãos e as empresas com portagens, em vez de, como medida de salvaguarda do interesse público, proceder à extinção das ruinosas parcerias público-privadas.

Não era uma inevitabilidade recorrer a uma parceria público-privada na Via do Infante. A construção dos lanços que vão desde a fronteira com Espanha até Alcantarilha, que representam 70% da extensão total da Via do Infante, foram financiados pelo Orçamento do Estado com participação de fundos comunitários; apenas os restantes 30% é que foram construídos no regime de parceria público-privada.



A CDU com as populações e os Autarcas Algarvios rejeitaram desde a primeira hora essa opção e persistiram na sua luta até à abolição das portagens, o que se veio a concretizar a 1 de Janeiro de 2025 apesar dos votos contra do PSD, CDS e a abstenção da IL.

Assim e honrando as posições assumidas pelos órgãos autárquicos, desde a primeira hora, ou seja, há 23 anos, contra as portagens, os Eleitos da CDU propõem que a Assembleia Intermunicipal do Algarve reunida em 28 de abril de 2025, delibere:

- 1- Valorizar o fim das Portagens na Via do Infante.
- 2- Saudar a luta e a acção das autarquias, das populações e dos agentes económicos que a isso exigiram e obrigaram.
- 3- Dar conhecimento desta deliberação aos órgãos da comunicação social..

São Brás de Alportel, 28 abril de 2025

Os Eleitos da CDU

MOÇÃO 1º DE MAIO

Considerando que:

O 1º de Maio é o Dia Internacional do Trabalhador e representa para milhões de trabalhadores um dia de luta, de afirmação dos seus legítimos interesses e aspirações, de exigência do cumprimento dos seus direitos e reivindicações;

A situação hoje, para milhares de trabalhadores em Portugal, pauta-se por altos índices de pobreza, resultado do aumento do custo de vida, da perda de poder de compra e, sobretudo, pela política de baixos salários que é praticada no país;

Neste 1º de Maio de 2025, em que se comemoram 51 anos da revolução libertadora do 25 de Abril os trabalhadores, nas suas justas lutas por uma vida melhor, reafirmam a rejeição a uma política contrária aos seus desígnios, de justiça social e de respeito pelos seus legítimos direitos;

Reafirmam a sua disponibilidade para dar continuidade à luta para que se mantenham abertos os caminhos que Abril abriu, condição única para a concretização do efetivo desenvolvimento do país;

Reafirmam a continuação da luta para a melhoria das suas condições de vida, para o indispensável aumento geral e significativo dos salários, acompanhado da melhoria das condições de trabalho, nomeadamente no que diz respeito a horários laborais e o fim da precariedade;



CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



A luta dos trabalhadores passa, também, pelo combate à exploração a que são sujeitos e à consagração da contratação coletiva, como instrumento de estabilidade, segurança e garantia laboral;

Diariamente, em Portugal e no resto do mundo, os trabalhadores lutam pela valorização do trabalho, pela justa distribuição da riqueza que é gerada por eles e pelo necessário investimento nos serviços públicos, pelo acesso à habitação, pela paz e contra a guerra.

A Assembleia Intermunicipal do Algarve, reunida a 28 de Abril delibera:

- a) Saudar a luta dos trabalhadores em Portugal pela melhoria das suas condições de trabalho e de vida, desde logo com o aumento dos salários, pela valorização do trabalho, pelo desenvolvimento do País;
- b) Saudar a jornada de luta do 1º de Maio, como momento alto da luta de todos os trabalhadores, em particular a Manifestação que decorrerá em Faro;

São Brás de Alportel, 28 de Abril de 2025

Os eleitos da CDU

Pela Dignificação e Valorização do SNS e dos seus Profissionais ao Serviço das Populações

Garantir um SNS de qualidade e para todos é possível e é necessário. O SNS é o que melhor serve os portugueses! Por isso mesmo é preciso corresponder às necessidades dos profissionais de saúde e das populações.

Só com um verdadeiro e considerável reforço do investimento no Serviço Nacional de Saúde, será possível acabar com os inúmeros constrangimentos a que utentes e profissionais estão sujeitos: como a falta de médico de família, os elevados tempos de espera para consultas, cirurgias, tratamentos e exames, a indigna desvalorização dos profissionais, os equipamentos obsoletos e a degradação ou desadequação das instalações que não respondem às dificuldades sentidas no SNS. No entanto, tem sido clara a política praticada por anteriores e atual governos na área da saúde: favorecer o negócio privado e desvalorizar o Serviço Nacional de Saúde, acelerando a degradação anteriormente em curso. Para a população está mais difícil o acesso aos cuidados de saúde. Este governo continuou a degradar o SNS e numa decisão de “última hora” de novas Parcerias Público-Privadas (PPP), que constitui um novo e grave passo na estratégia de ataque e destruição do SNS, comprometendo o interesse público e criando instabilidade agravada na gestão das unidades do SNS. Aproveitando a estrutura criada pelo anterior Governo do PS, que criou as Unidades Locais de Saúde (ULS), o Governo PSD/CDS lançou o processo de privatização da gestão, não só de cinco importantes hospitais do Serviço Nacional de Saúde, mas também das unidades dos cuidados primários de saúde que lhes foram anexadas no início de 2024. A intenção de privatização dos centros de saúde, significa a privatização dos cuidados para pelo menos 2,5 milhões de pessoas, cerca de um quarto da população do País.

Medidas estas que subordinarão os cuidados primários de saúde aos objetivos de lucro, acentuando a desvalorização das políticas de promoção da saúde e prevenção da doença, condicionando de forma decisiva a sua autonomia.



A proliferação de PPP é desastrosa e discricionária para o SNS, que foi criado sobre a ideia de uma Saúde Universal e Geral, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos.

A gestão direta do Estado é a única capaz de garantir a inexistência de assimetrias, bem como a que corresponde a uma melhor gestão da coisa pública nas suas diferentes áreas e dimensões.

Atrasos sistemáticos na tomada de decisões capazes de colmatar lacunas e insuficiências no Serviço Nacional de Saúde, não podem servir como justificação para o caminho da privatização desta importante conquista que o 25 de Abril trouxe aos Portugueses.

A realidade do Algarve, que não se afasta das características de outras áreas do nosso País, destaca-se, no entanto, pela sua dimensão, não apenas na área geográfica abrangente, mas também no número de habitantes e por conseguinte no número de utentes inscritos no SNS.

A opção pela gestão no modelo de PPP sai mais cara ao Estado, é lesiva para os utentes, fragiliza os direitos dos profissionais de saúde e fragmenta ainda mais a resposta do SNS.

Conhecemos as experiências das anteriores PPP que só serviram para catapultar as empresas do negócio privado da saúde, e conhecemos o que tem acontecido no Algarve, onde em cada esquina nasceram clínicas e Hospitais privados, onde este negócio se expandiu, fruto das fragilidades do SNS e do pânico gerado às populações.

Sustentada no conhecimento da realidade vivida pelos Algarvios, no acesso ao Direito à Saúde, os eleitos da CDU na Assembleia Intermunicipal do Algarve propõem que esta Assembleia, reunida no dia 28 de abril de 2025, delibere:

1. Manifestar junto do Ministério da Saúde a sua recusa perante a intenção do Governo em avançar com a privatização das ULS.
2. Manifestar a necessidade de valorização dos profissionais de saúde, na revisão de carreiras e condições salariais, melhorando as suas condições de trabalho e a sua fixação no SNS.

- 
3. Manifestar a necessidade de se defender como prioridade do Estado a continuidade do investimento no SNS como garantia de Serviço Público e direito da população algarvia ao acesso a cuidados de saúde.
 4. Manifestar a necessidade de garantir às unidades do Serviço Nacional de Saúde uma gestão pública, democrática, com autonomia e recursos humanos e financeiros adequados, capaz de responder com qualidade às necessidades das populações.
 5. Enviar moção para a Ministra da Saúde em funções, primeiro-ministro em funções, para a ULS do Algarve; todas as Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve, para a Direção Regional de Faro do SEP, para o Sindicato dos Médicos da Zona Sul (SMZS), para o Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das áreas de Diagnóstico e Terapeuta, Sindicato dos trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e das Regiões Autónomas e Órgãos de Comunicação Social.

São Brás de Alportel, 28 de abril de 2025

Os eleitos da CDU

Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal do Algarve
28 de abril de 2025

Moção
Centro Oncológico do Algarve

Considerando que:

Foi celebrado em abril de 2023 um protocolo entre a Associação Parque das Cidades - à época presidida pelo Presidente da CML Sr. Vítor Aleixo, constituída pelos Municípios de Loulé e Faro, e o Centro Hospitalar Universitário do Algarve, hoje Unidade Local de Saúde, em nome do Estado Português, com vista à construção de um Centro Oncológico de referência no Sul.

O Centro Oncológico em causa deveria estar concluído até ao final de 2024 e serviria os distritos de Faro e Beja, o que representaria o tratamento de mais de três mil e quinhentos doentes oncológicos por ano.

É do conhecimento publico que foi cedido um terreno pelo Município de Loulé, para ser construído o Centro Oncológico, sucede que dois anos volvidos, os serviços da autarquia proferiram um despacho indeferindo a pretensão da construção do centro oncológico, com base, em primeira instância, no facto de no terreno em questão não ser permitido a construção deste tipo de equipamentos, como se designa no despacho, nomeadamente um Centro Oncológico.

Por outro lado, o projeto apresentado pela ULS Algarve, o qual foi contratado em 2023, extravasava os limites do terreno cedido. Segundo notícias vindas a público, o custo da infraestrutura não era de 14 milhões de euros, como tinha sido publicamente anunciado, mas sim de 50 milhões de euros, dos quais apenas 8 milhões teriam financiamento garantido.

Dito isto, resultou recentemente numa situação em que:

Não havia terreno, não havia projeto e não havia financiamento.

No entanto, não obstante esta situação, que a manter-se seria absolutamente dramática e lesiva aos interesses do Algarve e dos Algarvios, o Governo da República anunciou que as valências previstas para o Centro Oncológico que tinha sido anunciado, mas que nunca avançou, ficariam incluídas no Hospital Central do Algarve, o qual, segundo o Governo será objeto de lançamento de concurso ainda no decorrer deste ano.

f. 9

Tendo por base os considerandos supra, vem deste modo a Bancada do PSD na Assembleia Intermunicipal do Algarve, de acordo com as normas regimentais em vigor, propor que Assembleia Intermunicipal delibere:

1-Transmitir ao Governo da República que, o novo hospital com as valências oncológicas é vital para servir condignamente a região;

2-Saudar o compromisso do Governo da República, de perante uma situação tão difícil, terem encontrado de forma célere uma solução, que se exige que venha a ser posta em prática da forma mais rápida possível;

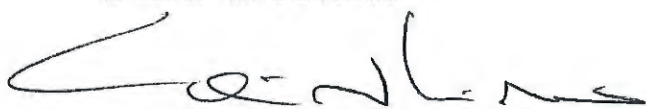
3-E por último e não menos importante, saudar a decisão do Governo da República, por recentemente, ter enquadrado e aprovado a cem por cento o financiamento para a compra de um equipamento de exames PET-TAC, no valor de 2,1 milhões de euros, que vai dotar o Algarve desta importante valência na área oncológica, e evitar 700 deslocações ano, de doentes oncológicos Algarvios a Sevilha.

A presente moção após aprovado deve ser enviada ao Governo da República, aos deputados à Assembleia da República eleitos pelo Círculo Eleitoral de Faro, e aos órgãos de comunicação social.

São Brás de Alportel, 28 de abril de 2025

Pelos Deputados Intermunicipais do Algarve eleitos pelo PSD

O Líder da Bancada



Eng. Carlos Quintino